

Encontro decisivo

Dívida Externa

O ministro Luiz Carlos Bresser Pereira tem hoje, em Washington, um encontro decisivo com o secretário do Tesouro norte-americano, sr. James Baker III. O diálogo que irão manter fornecerá alguma indicação sobre a sorte da renegociação com os bancos credores estrangeiros, a iniciar-se horas antes da reunião anual do FMI/Banco Mundial, à qual os representantes do Brasil gostariam de comparecer em condições melhores do que as de hoje.

Importa ressaltar que o encontro do ministro da Fazenda com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos se deve à iniciativa deste, que, aliás, veio alterar um pouco o programa traçado pelo sr. Bresser Pereira. Podem-se fazer várias conjecturas acerca dos motivos dessa iniciativa, embora seja evidente que o secretário do Tesouro deseja conhecer a posição do Brasil no tocante à conduta da renegociação, às vésperas do pronunciamento do *board* do FMI sobre o relatório referente à evolução da economia brasileira e antes que as autoridades monetárias norte-americanas decidam se os créditos do Brasil devem ou não ser degradados, decisão esta que acarretará consequências de monta para a rentabilidade dos bancos norte-americanos. Poder-se-ia também admitir que o secretário do Tesouro tem alguma nova sugestão a fazer ao

governo brasileiro, na eventualidade de este demonstrar disposição de voltar a integrar a comunidade financeira internacional, muito embora nada faça supor, até o momento, que o governo dos Estados Unidos tenha concebido alguma proposta que possa mudar os rumos da renegociação.

De qualquer modo, percebe-se que algo de significativo ocorreu antes que o sr. James Baker III fizesse seu convite: o ministro Bresser Pereira tornou pública, em Viena, sua proposta de renegociação, que apresenta, aliás, importantes mudanças em relação aos termos enunciados em seu Plano de Controle Macroeconômico. A divulgação da proposta, na capital austríaca, certamente foi considerada como um ato de descortesia pelo secretário norte-americano e pelos banqueiros, que o ex-presidente do Banco Central, sr. Fernão Bracher, havia sido incumbido de ouvir, que agora se vêem, inesperadamente, diante de um fato consumado. Mais grave ainda foi o fato de, em Viena, o ministro da Fazenda ter apresentado seu plano como uma solução extensível a todos os países endividados.

O sr. Fernão Bracher havia recebido boas sugestões do sr. Jacques de Larosière, ex-diretor-gerente do FMI e hoje governador do *Banque de France*, e grande aliado do Brasil. A divulgação

antecipada da proposta do governo brasileiro enfraquece interna e externamente a posição do Brasil perante os credores estrangeiros. Por um lado, qualquer recuo poderá aparecer internamente como uma derrota; por outro, a renegociação encontrará exasperados os credores, que não sentirão o impacto de uma proposta feita de surpresa e que agora se dão conta de que as sugestões apresentadas por ocasião da sondagem do sr. Fernão Bracher não surtiram nenhum efeito.

O ministro da Fazenda parece ter consciência do erro cometido, pois repriminou a imprensa por haver divulgado sua proposta sem a ter analisado devidamente e a ter exposto nos termos exatos. Agora, já modifica a proposta, frisando que o deságio não se refere ao principal da dívida, mas aos juros, e que poderia até pensar em pagar, embora a longo prazo, o resíduo da dívida, na eventualidade de ocorrer uma melhora no balanço de pagamentos do Brasil. Acontece que sua proposta foi claramente inserida no texto mesmo do discurso pronunciado em Viena, que o presidente do Clube de Paris, sr. Jean Claude Trichet, agindo com diplomacia, diz não haver entendido bem.

Agora, o Brasil necessita, para sua proposta, do aval do secretário do Tesouro norte-americano, que parece

muito difícil obter; ou precisa sair do encontro de Washington munido de uma contraproposta norte-americana, que o sr. Bresser Pereira terá de reconhecer como melhor do que a sua... Sem isso, criar-se-á um grave impasse para o Brasil, que abalará também o prestígio do ministro da Fazenda, já anteriormente censurado no documento que elaboraram na Fundação "Pedroso Horta" seus "amigos" do PMDB.

É necessário que, antes da reunião anual do FMI/Banco Mundial, fique clara a posição brasileira no tocante à renegociação. Os banqueiros estrangeiros não estão dispostos a passar novamente pelo que passaram em 1986, quando negociariam com o México, durante a reunião da assembléia anual dos organismos criados em Bretton Woods, suportando pressões que hoje não mais querem sofrer. A delegação brasileira terá ela mesma de tomar posição diante do "Grupo dos 24" (países em desenvolvimento), cuja reunião antecede a assembléia anual, no mesmo momento em que o "Grupo dos 20" (países ricos) definirá sua posição.

É possível que nada transpire do encontro marcado para hoje, mas seu resultado será conhecido por volta do dia 20, quando o governo brasileiro iniciará suas conversações com os bancos credores.